

ABSORVENTES MENOS POLUENTES

Com decomposição em até seis meses, produtos biodegradáveis visam diminuir lixo plástico e poluição

Carolina Schwartz

Menstruar é uma experiência fisiológica ainda marcada por tabus e desigualdades, com consequências que permeiam questões sociais, econômicas, sanitárias, emocionais e ecológicas. A quantidade de lixo plástico gerado por resíduos de absorventes descartáveis pressiona negativamente o meio ambiente. Apesar de já existirem alternativas mais sustentáveis para conter o fluxo menstrual, como coletores ou calcinhas absorventes reutilizáveis, uma nova geração de designers, empreendedores e startups aposta na criação de absorventes biodegradáveis que poluam menos e, ao mesmo tempo, agradem o público consumidor habituado à praticidade dos produtos convencionais.

Muitas das iniciativas também colaboram para o fim da chamada pobreza menstrual. Caracterizada pela falta de acesso à educação e à higiene menstrual básica, essa condição afeta mais de 15 milhões de mulheres no Brasil, que precisam recorrer durante a menstruação a opções quase sempre prejudiciais à saúde, às interações sociais e ao comparecimento ao trabalho (*ver reportagem na página 75*).

“Não há como falar de pobreza menstrual no Brasil e só pensar em produtos reutilizáveis, que precisam ser devidamente higienizados”, afirma

a empreendedora Patrícia Zanella, cofundadora da startup baiana EcoCiclo. Para ela, é preciso conectar esse cenário com a falta de saneamento básico no país que impede a limpeza correta das pessoas e dos produtos voltados à higiene menstrual. No ano passado, a empresa venceu um prêmio oferecido pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) pelos absorventes biodegradáveis pioneiros que desenvolveu.

“Recorremos a matérias-primas que não causam mal à saúde das usuárias e se degradam em até seis meses”, diz Zanella, que é formada em relações internacionais. A engenheira química Adriele Menezes, diretora operacional da EcoCiclo, foi a responsável pela pesquisa e o desenvolvimento técnico dos absorventes, que são produzidos por mulheres da periferia de Salvador a partir de fibra de bambu, celulose e cola vegetal.

Segundo Zanella, pesquisas indicam que, mesmo conhecendo opções ecológicas e em condições de comprar, as mulheres continuam utilizando absorventes descartáveis tradicionais. “A percepção é de que o que é sustentável não é prático, e o que é prático não é sustentável. Nossa inovação foi pensada para ser confortável e ter a mesma espessura, cor e absorção dos produtos que as mulheres estão acostumadas a usar”, explica.

O custo unitário de um absorvente biodegradável da EcoCiclo é de cerca de R\$ 3, até cinco vezes mais alto do que o de produtos convencionais.

Algodão orgânico e bioplástico biodegradável são os ingredientes do absorvente da empresa amai

nais vendidos em farmácias e supermercados. “Ainda não chegamos a uma solução tecnológica no país que permita aos absorventes sustentáveis ficarem mais baratos do que os tradicionais”, reconhece a designer curitibana Rafaella de Bona Gonçalves, que trabalhou em um protótipo próprio de absorvente biodegradável, em parceria com a EcoCiclo.

Inicialmente elaborado como parte do trabalho de conclusão de curso na Universidade Federal do Paraná (UFPR), o modelo ecológico da designer conquistou prêmios nacionais e internacionais, entre eles o vice-campeonato, em 2022, do concurso Jovens Inventores, promovido pelo Escritório Europeu de Patentes (EPO). Gonçalves foi a responsável pelo design do absorvente e pela pesquisa do material – foram testados três ingredientes: celulose, fibra de bananeira e espuma de soja. O desenvolvimento do protótipo coube à equipe da startup baiana. “Meu objetivo foi fazer uma prova de conceito. Queria mostrar a viabilidade de produzir um absorvente com essas características”, diz Gonçalves, destacando que o item não chegou ao mercado.

O absorvente foi projetado para servir tanto para uso externo como interno, inserido na vagina. “Essa é a grande novidade do design desse absorvente, porque uma peça pode ser única, usada externamente, ou destacada em duas partes, que são enroladas em formato cilíndrico para gerar dois absorventes internos.”

Para a química industrial Marta Tocchetto, professora aposentada do Departamento de Química da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, e especialista em sustentabilidade ambiental e gestão de resíduos industriais e águas, um aspecto extremamente importante quando se tenta comparar o custo de produtos é que raramente se leva em conta a questão ambiental. Presentes na composição da maioria dos absorventes convencionais, polietileno e polipropileno são polímeros plásticos derivados do petróleo, um recurso fóssil não renovável e poluente. Os absorventes de plástico,

apontam estudos, podem demorar até 500 anos para se decompor na natureza.

“O plástico na composição do absorvente vai se transformar, depois do descarte, em microplástico, um pequeno fragmento polimérico prejudicial ao ambiente”, observa Tocchetto (*ver Pesquisa FAPESP nºs 281 e 332*). “Além disso, menos da metade das cidades brasileiras tem aterros sanitários urbanos projetados para receber e processar de forma adequada resíduos como os presentes nos absorventes descartáveis.”

Uma pesquisa desenvolvida na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) estimou o impacto ambiental causado por absorventes menstruais no país. Seus autores revelaram que, se as cerca de 60 milhões de brasileiras que menstruam usassem produtos descartáveis durante o ciclo menstrual, em torno de 15 bilhões de absorventes à base de plástico seriam descartados anualmente no Brasil. Segundo aponta o artigo “Análise de ciclo de vida de coletores menstruais e absorventes externos descartáveis”, além de produzir muito lixo, com frequência o absorvente externo é descartado dentro do vaso sanitário, podendo causar o entupimento do encanamento.

Já existem no exterior produtos que se prestam a esse tipo de descarte. O absorvente biodegradável da marca britânica Fluus pode ser jogado diretamente no vaso sanitário. Ele se decompõe ao entrar em contato com a água e na rede de esgoto. De acordo com o fabricante, até o invólucro da embalagem e as fitas que protegem a parte adesiva podem ser depositados no vaso sanitário. Feito a partir de fibras de plantas, biopolímeros e seiva de árvores, é vendido por £ 0,50 a unidade (cerca de R\$ 3).

As empresas Srising, de Shanghai, na China, e Niine, de Haryana, na Índia, também lançaram nos últimos anos absorventes biodegradáveis, feitos com o biopolímero ácido polilático (PLA),

Além do uso externo (à esq.), o absorvente abaixo pode ser dividido em dois, enrolado e utilizado internamente (no centro e à dir.)



que pode ser produzido a partir de milho, beterraba ou mandioca. Nos Estados Unidos, a Pee Safe vende um absorvente feito com algodão orgânico e fibra de bambu. O preço final de todos eles é mais elevado do que o de produtos convencionais.

“Não há um produto de higiene menstrual indicado para todas as realidades. Quem pode lavar e esterilizar um coletor menstrual [copinho de silicone para coleta do sangue da menstruação] deveria usá-lo”, pondera Tocchetto. Há situações em que um item é mais conveniente que o outro. “Por isso, temos que pensar em múltiplas soluções, seja o absorvente biodegradável, o de pano ou a calcinha absorvente. A opção mais adequada vai depender do padrão, da necessidade e do momento de vida de cada pessoa.”

Foi para atender a uma necessidade pessoal que a administradora paulista Luri Minami fundou a empresa amai com a empresária Erika Tomihama. A amai é uma marca de absorventes feitos com algodão orgânico certificado e bioplástico biodegradável, vendidos no site da empresa. “Há alguns anos, tive uma alergia aos absorventes comuns e descobri que, ao contrário do que eu achava, a culpa não era minha, por não ter trocado o absorvente com frequência ou algo do gênero. O problema estava na composição do produto. A embalagem dizia que era de algodão, mas ele não continha esse componente”, diz Minami. A recomendação dos médicos é trocar o absorvente externo a cada quatro horas, em média, dependendo do fluxo.

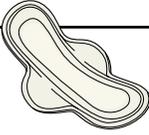
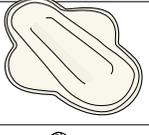
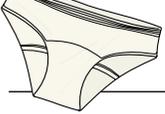
O incômodo físico e a vontade de construir algo de impacto fizeram com que Minami e Tomihama conduzissem pesquisas por conta própria até chegar a um absorvente descartável que considerassem mais saudável e sustentável. “As especificações técnicas foram trabalhadas com o nosso fornecedor, um parceiro na China, responsável também pela fabricação. Durante o desenvolvimento, realizamos centenas de testes com mulheres no Brasil”, conta Minami. A amai destina 1% de suas vendas à doação de absorventes para a ONG paulista Fluxo Sem Tabu, cuja missão é distribuir kits de higiene para populações carentes e difundir conhecimentos sobre menstruação.

“A parte de cima, que toca a vulva, é feita de algodão, a parte central é constituída de celulose sem tratamento com cloro, para não irritar a pele, e a parte inferior, junto à calcinha, com bioplástico biodegradável”, informa. Esse último componente é um combinado de dois biopolímeros biodegradáveis, um feito à base de amido de milho (PLA) e outro a partir de petróleo (PBAT).

Embora sejam uma opção menos poluente que um produto convencional, absorventes biodegradáveis também podem gerar impactos negativos no ambiente, que vão desde a forma de plantio, extração e produção das matérias-primas até o próprio processo de descarte dos componentes neles presentes. “As alternativas biodegradáveis não são soluções perfeitas, pois pode haver desmatamento, uso indevido de agrotóxicos, exploração de mão de obra, entre outras coisas, associadas ao seu processo produtivo”, pondera Tocchetto. ■

ALTERNATIVAS PARA UMA HIGIENE ADEQUADA

Compare alguns tipos de produtos produtos à disposição no mercado

	 Composição	 Tempo de decomposição	 Reciclável	 Reutilizável	 Tempo de uso
	Absorvente convencional Celulose, polipropileno, polietileno, adesivos termoplásticos, papel siliconado, poliacrilato de sódio e pigmento	Cerca de 500 anos	Não	Não	4 horas
	Absorvente biodegradável (EcoCiclo) Celulose, fibra de bambu, cola vegetal	Até 6 meses	Não, mas compostável	Não	4 horas
	Coletor menstrual Silicone medicinal	50 a 500 anos	Não, mas compostável	Sim	Até 3 anos
	Calcinha absorvente Poliamida, elastano, viscose, algodão	até 3 anos	Não, mas compostável	Sim	Até 2 anos

FONTES: ECOCICLO, FLEURITY, FLOW / HOPE E INTIMUS

O DRAMA DA POBREZA MENSTRUAL

Falta de condições para lidar adequadamente com a menstruação causa prejuízos sociais e econômicos a milhões de mulheres no mundo

O relatório “Pobreza menstrual no Brasil, desigualdades e violações de direitos”, elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), define pobreza menstrual como um fenômeno “vivenciado por meninas e mulheres devido à falta de acesso a recursos, infraestrutura e conhecimento para que tenham plena capacidade de cuidar da sua menstruação”.

A condição está relacionada à falta de água encanada para se lavar, ausência de banheiro e privacidade para trocar produtos de higiene menstrual, carência de recursos para compra dos itens ou medicações para alívio de dor. Pessoas que menstruam e estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica também são prejudicadas pela falta de educação menstrual e reprodutiva e pela insuficiência de políticas públicas voltadas ao entendimento e ao gerenciamento de um aspecto central da saúde da mulher.

No Brasil, apenas este ano entrou em vigor uma iniciativa do governo federal, o Programa de Proteção e Promoção da Dignidade Menstrual, cujo

foco é a distribuição gratuita, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de absorventes descartáveis para mulheres carentes, em situação de rua e encarceradas. O programa irá contemplar 4 milhões de adolescentes e mulheres de 3,5 mil municípios.

Os prejuízos econômicos, sociais e fisiológicos ligados à pobreza menstrual são numerosos e, muitas vezes, irreversíveis. Quando não se consegue realizar a higiene íntima adequadamente, perdem-se dias de trabalho e de frequência à escola, meninas deixam de brincar e contatos sociais são prejudicados.

A pesquisa “A relação das brasileiras com o período menstrual e o fenômeno da pobreza menstrual”, elaborada pelo Instituto Locomotiva, de São Paulo, indica que, entre mulheres que trabalham, mais de 5,5 milhões, ou 19% do total, já faltaram ao emprego por falta de dinheiro para comprar produtos de higiene menstrual. Dados da Unicef mostram que cerca de 321 mil alunas, 3% do total de meninas estudantes brasileiras, frequentam escolas que não têm banheiro em condições de uso. Desse total, 121 mil vivem na região Nordeste.

A enfermeira Mônica Maria de Jesus Silva, professora da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (Eerp-USP) e coordenadora do projeto MenstruAÇÃO, faz uma conta simples para traduzir o prejuízo escolar causado pela pobreza menstrual. “Se durante todos os ciclos, de aproximadamente cinco dias, pessoas que menstruam faltarem à escola, elas perderão cerca de 60 dias de aula no ano, o equivalente a quase 30% do total.”

MEIA E MIOLO DE PÃO

Estima-se que em torno de 60 milhões de mulheres menstruam no Brasil. De acordo com o levantamento “Livre para menstruar”, as que estão no grupo dos 5% mais pobres precisariam trabalhar até quatro anos para custear os absorventes descartáveis que usarão durante sua vida reprodutiva, estimados em algo como 11 mil unidades.

Em grupos com acesso limitado a produtos menstruais, é comum que as trocas desses itens não ocorram com a frequência indicada e as usuárias acabem sendo expostas a alergias, doenças como candidíase, infecções urinárias de repetição e vaginoses bacterianas.

“Na ausência de absorventes, coletores ou tampões, soluções para conter o fluxo são muitas vezes improvisadas, com tiras de roupas, meias, miolo de pão e saquinhos de areia ou espuma de maquiagem envolvidos em jornal”, informa Silva. Esse, contudo, não é um problema exclusivo do Brasil ou de países pobres. Segundo o Banco Mundial, pelo menos 500 milhões de mulheres e meninas ao redor do mundo não têm acesso a instalações para fazer sua higiene menstrual. ■

Na escola municipal Espaço de Bitita, em São Paulo, projeto contra pobreza menstrual faz distribuição gratuita de absorventes

